

Unidos contra invasões

GDF e Ministério Público trabalharão pela regularização e contra a grilagem

KENNIA RODRIGUES

Depois de quase dez anos de discordância, finalmente, o Governo do Distrito Federal e o Ministério Público do DF (MPDFT) decidiram entrar em acordo e agir juntos na questão fundiária em Brasília. “O governo até agora vinha fazendo vista grossa (às ocupações irregulares). Hoje (ontem) se inicia uma fase de parceria entre as duas esferas governamentais”, anunciou o deputado federal Augusto Carvalho (PPS), depois de encontro ontem, que reuniu líderes do Executivo e do MP para definir a aplicabilidade da Lei nº 9.262/96 – que autoriza a venda direta de lotes aos condomínios da Área de Proteção Ambiental (APA) de São Bartolomeu – para outros parcelamentos do DF.

Segundo o deputado, há várias liminares da Justiça que determinam o fim das construções ilegais no DF mas que,



FOTOS: ROBERTO RODRIGUES / GDF

Arruda: não há brecha para novos parcelamentos irregulares

no entanto, não eram cumpridas pelo governo local. “Era uma posição de confronto que existia. O Ministério Público atacava as medidas ilegais e o governo nunca cumpria as recomendações do órgão”, declarou.

Na reunião, ficou decidida a adoção de três medidas a serem tomadas pelo GDF e pelo MPDFT para coibir as construções irregulares e legalizar os condomínios já existentes. Um grupo de trabalho formado pelos dois órgãos vai estudar como a Lei 9.262/96, de autoria

do governador José Roberto Arruda, quando deputado federal, e de Augusto Carvalho pode ser estendida aos condomínios que não estão na APA de São Bartolomeu.

“A partir de agora, vamos fazer reuniões para operacionalizar esse princípio, julgado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, sabendo que ele, sendo uma exceção, vai poder ser aplicado na regularização dos condomínios”, informou o procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra.

Depois de verificar a extensão da aplicabilidade da Lei 9.262, será produzida cartilha explicativa para os moradores sobre os processos de regulamentação. “Os procuradores do DF e os membros do Ministério Público trabalharão para esclarecer dúvidas. A cartilha será de fácil entendimento”, declarou o governador Arruda.

Outra medida a ser tomada será a realização de força-tarefa pela Polícia Civil em conjunto com o MP para localizar os responsáveis pela grilagem de terras nessas áreas, além de fiscalizar novas obras irregulares que possam surgir. “Vamos reconhecer os grileiros para que eles sejam rigorosamente processados pelos crimes que cometeram”, apontou Augusto Carvalho.

O governador Arruda voltou a deixar claro na reunião que continuará fiscalizando as construções irregulares recentes. “Viemos buscar esse trabalho conjunto com o MP para que essa ação seja feita dentro dos limites da lei. Engana-se os que acharem que nós usaremos o princípio da Lei 9.262 para deixar a porteira aberta e permitir que se instalem novos parcelamentos irregulares”, esclareceu o governador.